

Cardoso e Congresso já admitem a volta do IPMF

Imposto poderá ser usado para garantir recursos à saúde

por Sandra Nascimento
de Brasília

O ministro Adib Jatene conseguiu ontem dois importantes aliados para sua proposta de recriação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). O presidente Fernando Henrique Cardoso declarou, pela primeira vez, aceitar essa idéia e o Congresso, antes arredo à idéia, não só começou a vê-la com simpatia como acenou com a possibilidade de assumir a autoria de um projeto nesse sentido, inclusive tornando o imposto permanente a partir do próximo ano.

“O governo está pronto para buscar uma solução para as deficiências da Saúde, que poderá ser a volta do IPMF, se o Congresso assim o considerar”, disse ontem o porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral.

“Há disposição unânime dos membros da comissão (de seguridade social) em dotar a Nação de um sistema de financiamento para a saúde”, disse o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), presidente da comissão.

Ontem, Jatene levou sua proposta a membros das Comissões de seguridade e de finanças da Câmara Federal. Conseguiu o apoio da maioria, com raras restrições. Há uma concordância quase generalizada quanto à necessidade de socorrer urgentemente a saúde, mas a possibilidade de a contribuição provisória tornar-se definitiva encontra resistência. Com isso, o caráter emergencial do desconto de



Adib Jatene

0,25% sobre a movimentação financeira tornar-se-ia permanente.

A intenção inicial é apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para que as alterações sejam incluídas no processo da reforma. A comissão especial já está em fase de formação e deverá ser implantada até amanhã. “Reconheço que a criação de impostos deveria ser discutida no âmbito da reforma fiscal e tributária, mas vamos sair na frente pelo lado social”, disse Jefferson.

O rascunho do projeto deverá ser discutido até o final desta semana entre Jatene e os presidentes das comissões de seguridade e de finanças da Câmara Federal. “Sou plenamente a favor da proposta do ministro. Quanto à sua viabilização, será preciso ainda discutir muito”, afirmou o presidente da Comissão de Finanças, deputado Gonzaga Mota (PMDB-CE).

“Ainda precisamos de maiores esclarecimentos”, disse a deputada Rita Camata (PMDB-ES), que espera

uma radiografia completa do ministério. Mas todos fazem questão de que o texto a ser aprovado garanta a destinação da verba arrecadada para a saúde. “Garantida essa destinação, estamos propensas a defender a proposta”, afirmaram em coro unânsono da oposição as deputadas Jandira Feghali (PC do B-RJ) e Marta Suplicy (PT-SP), ambas da Comissão de Seguridade.

AGRICULTURA

O ministro Adib Jatene disse ter feito as contas e

chegado à conclusão de que precisa de R\$ 6 bilhões, que deverão ser arrecadados com o imposto. “A arrecadação será para a seguridade social e somente caberá aos ministérios que ela compõe o seu uso. A agricultura não faz parte da seguridade”, afirmou o ministro, num recado direto ao ministro daquela pasta, José Eduardo de Andrade Vieira, que disse estar interessado na metade do que for arrecadado com o imposto para financiar projetos em seu setor.